



QUEM SÃO AS MULHERES DO AGRONEGÓCIO? Mulheres, feminismos e história oral.

Ana Karolina Freire Oliveira

Mestranda do PPGH(UFC)

Email: oliveirak123@gmail.com

INTRODUÇÃO

II

Tem mulher trabalhadora
Do campo até a cidade
Porém os nossos direitos
Parece não ter validade
O jeito é enfrentar
Todas as autoridades¹

Nas últimas décadas o Brasil se consolidou como um dos países mais agroexportadores do mundo. Os elogios ao agronegócio brasileiro estampam manchetes de jornais e tematizam discursos políticos dentro e fora do congresso nacional. Hegemonicamente, o “agro” é um dos setores mais importantes da economia, graças ao seu desenvolvimento, geração de empregos e larga produção; por essas razões, todos no país devem se orgulhar e lutar para manter esta forma de produzir, a final de contas, é ela que eleva o nome do Brasil e nos faz ser mundialmente reconhecido. Dito isso, é preciso admitir, o Brasil, de fato, é um dos maiores produtores de *comodities*² do mundo, segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 2020 o Brasil foi o quarto maior exportador de grãos do mundo, com destaque para soja, milho

¹ Trecho do cordel O trabalho e a vida mulher do campo, escrito por Maria de Fátima Lima, moradora da Comunidade do Tomé, Chapada do Apodi.

² O termo em inglês significa mercadoria, bem ou produto e se refere a uma matéria-prima com valor comercial e estratégico agregado. O que isso quer dizer? Que uma **commodity** influencia o comportamento de certos setores econômicos ou até a economia de um país como um todo. Elas são negociadas na bolsa de valores e, dependendo da oscilação de preços, afetam outras atividades, como a indústria e o comércio.



e rebanhos bovinos.³ Em 2021, em plena a pandemia do COVID-19, o país bateu recorde de exportações, movimentando mais de 102 bilhões de dólares.⁴

Diante de tantos números, de recordes anuais de crescimento, das propagandas que, diariamente, passam em horário nobre da televisão aberta, é difícil construir uma contra narrativa sobre o agronegócio, como é possível apontar suas contradições? O que está para além do agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo?

Nesse sentido, em todos os lugares onde o agronegócio se faz presente, apesar dos discursos políticos e econômicos enviesados, há pequenos produtores rurais, moradores de pequenas comunidades que sentem seus impactos. Onde o modo de produção capitalista do campo impera, há grupos e famílias inteiras que sentem, diariamente, os efeitos nefastos do agronegócio. A grande questão é saber ouvir ou até mesmo ter interesse em ouvir essas vozes que sussurram por aí e assim pensar o que se esconde por trás de uma narrativa limpinha, cheia de imagens pujantes da indústria riqueza do Brasil, capaz de convence até mesmo os bem intencionados.

O boom de desenvolvimento que o agronegócio teve nas últimas décadas, no Brasil, trouxe uma série de impactos sociais e ambientais. São inúmeras as contradições do agro e é necessário pensá-lo para além de uma questão puramente econômica. Em primeiro lugar, é importante dizer que quando o modo de produção capitalista no campo estava se firmando, desde a segunda metade do século XX, a modernização tinha como justificativa a necessidade de acabar com a fome no mundo, ainda imperava sobre o entendimento geral que a produção seria o grande fator na insistência dos índices de subalimentação dos países. No entanto, as décadas seguintes confirmaram a falsidade desse pensamento, pois as políticas de combate a fome mostraram que era menos eficaz o volume de produção do que o entendimento a respeito do incentivo aos pequenos produtores.

Além disso, no Brasil, é a agricultura familiar que põe a comida na mesa dos brasileiros, o agronegócio, como bem revelam os números, é responsável por exportar grandes quantidades de grãos, que muitas vezes nem são direcionadas para a alimentação humana. Com isso, é importante pensar os impactos ambientais presentes

³ <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf>

⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2021-e-movimenta-mais-de-us-102-bilhoes/>



no cultivo de monoculturas, assim como os socioambientais, em que os grandes produtores se apoderaram de vastas extensões territoriais que historicamente pertencem a grupos indígenas, quilombolas e de pequenos produtores rurais, acirrando, dessa forma, os conflitos por terra.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que existe uma disputa narrativa em torno do agronegócio. Por um lado, há o amplo discurso disseminado pela grande mídia, através de propagandas e circulação de informações; ademais, uma parte considerável do parlamento brasileiro é ligada a empresas e grandes proprietários de terra, nos quais financiam programas culturais e ajudam a construir a noção de um agronegócio socialmente engajado, e economicamente indispensável. Por outro lado, há as contranarrativas dos grupos impactados pelo mesmo agronegócio, pequenos agricultores, ambientalistas, ativistas sociais e ambientais que tentam denunciar o efeito nefasto que o agronegócio produz para a saúde e qualidade de vida das populações, além dos danos ambientais.

O objetivo deste artigo é pensar quais grupos sociais produzem narrativas sobre o agronegócio, mais especificamente, os grupos femininos. Quem são as mulheres que sustentam uma narrativa hegemônica sobre o agronegócio? Quem são as mulheres que produzem contranarrativas a este modelo de produção? Para este debate, busca-se dialogar com uma bibliografia que discute a relação entre femininos e capitalismo, argumentando que o sistema capitalista tem uma forma de se apropriar de pautas progressistas. As fontes mobilizadas neste texto buscam pensar as narrativas conflitantes, partindo de estudos, organizações, eventos em torno do agronegócio e da metodologia da História Oral.

QUEM SÃO AS MULHERES DO AGRONEGÓCIO?

A discussão deste tópico propõe partir de um debate teórico mobilizado por teóricas feministas acerca do capitalismo, mais especificamente, como o capitalismo se apropria de pautas históricas para garantir a sua reprodução. Nesse sentido, o ponto de partida será o artigo O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, da filósofa estadunidense Nancy Fraser. Neste texto, Fraser faz uma análise incômoda e corajosa



sobre a relação entre capitalismo e feminismo, argumentando que as pautas das feministas de segunda onda emergiram e foram efetivadas no mesmo momento em que houve o enfraquecimento do Estado de bem estar social e o surgimento do neoliberalismo no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 no lado ocidental do planeta.

A discussão proposta por Fraser começa por uma pergunta provocadora: feminismo e neoliberalismo compartilham uma afinidade secreta? A questão da autora aparece inicialmente como uma hipótese que ela vai corroborando ao longo da explanação. Após esta provocação inicial a filósofa nos convida a pensar como acontece a cooptação das políticas de gênero pelo novo espírito do capitalismo, o que significa pensar como o neoliberalismo (este novo momento do capitalismo) instrumentalizou as bandeiras das feministas de segunda onda.

As perguntas mobilizadas por Fraser são centrais para compreender a forma como o debate econômico se intersecciona com as questões culturais. Este ponto se apresenta como um elemento primordial para pensar os grupos sociais que sofrem as reverberações do neoliberalismo. O cerne do argumento aponta que pautas importantes e históricas das feministas de segunda onda, como por exemplo, a crítica ao economicismo, ao salário-família, ao homem provedor do lar, ao androcentrismo do Estado, ou seja, a figura absoluta do homem branco e hétero na política, foram apropriadas e assimiladas pelo neoliberalismo. Além disso, Fraser defende que as reivindicações no âmbito da cultura acabaram ofuscando e deixando passar questões fundamentais de economia política, junto em um momento que isso não poderia ter acontecido, ou seja, que era preciso atentar para as perversidades da nova forma de capitalismo que se instalava naquele momento histórico.

O surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo – do Estado de bem-estar social para o neoliberalismo – invertendo a fórmula anterior, que buscava “usar a política para domesticar mercados”, os proponentes desta nova forma de capitalismo propuseram usar mercados para domesticar a política. O surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. O efeito foi “ressignificar” os ideais feministas. (FRASER, 2009)



O que parece importante neste debate é como ele permanece indispensável para análise sociológica contemporânea. Como uma reverberação do argumento de Fraser, hoje no Brasil, é muito comum identificar como o neoliberalismo se veste de pautas, ditas progressistas, para vender produtos e promover marcas. Essa lógica de capitalismo perverso não obedece a nenhuma ética, fala-se em nome dos negros, das mulheres, da comunidade LGBTQIA+. Ora, dentro do neoliberalismo, dar visibilidade e empoderamento para grupos historicamente marginalizados não significa romper com as estruturas de opressão. Em contrapartida, é possível afirmar que essas noções neoliberais têm contribuído para mascarar o debate e aprofundar opressões de gênero, classe, sexualidade, raça.

Nessa perspectiva, no que se refere a discussão mobilizada neste artigo, entende-se que as questões levantadas por Nancy Fraser são interessantes para pensar a relação entre agronegócio e mulheres. Partindo da noção que o agronegócio é uma forma de produção que implanta os valores capitalistas no campo, quer-se pensar aqui as narrativas que sugerem uma relação entre este modelo de produção e a atuação feminina. É importante destacar que quando se indaga: quem são as mulheres do agronegócio? Busca-se deixar evidente que existem narrativas diferentes sobre o mesmo agronegócio, dessa forma, o argumento deste texto defende que existe uma narrativa hegemônica sobre o agronegócio, ou seja, aquela que o coloca como um setor indispensável da economia brasileira, que promove o progresso do campo brasileiro, responsável por gerar emprego e renda. Por outro lado, existem grupos sociais que oferecem contranarrativas, nas quais denunciam os efeitos nefastos do agronegócio na saúde, na qualidade de vida das populações e no meio ambiente. Dentro dessa perspectiva, pergunta-se: como o agronegócio se apropria de pautas feministas para se promover como um setor inquestionável? Quem são as mulheres que contribuem para uma imagem hegemônica sobre o agronegócio? Existem mulheres que se contrapõem a este modelo de desenvolvimento?

O CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da USP (Universidade de São Paulo) publicou em 2018 um estudo intitulado Mulheres no Agronegócio. O volume apresenta dados estatísticos para corroborar a ideia de que as mulheres estão cada vez mais presentes no agronegócio, que os homens ainda



predominam no segmento primário, ou seja, na agropecuária e que as mulheres atuam principalmente nas agroindústrias e nos agrosserviços. O estudo considerou diversos tipos de atividades, como por exemplo, as que compõe a agroindústria de processamentos: produtos alimentícios e bebidas; têxteis e vestuários; couro, madeira, papel, celulose; móveis de madeira; e atividades que compõem a agropecuária: floricultura, suinocultura, hortifruticultura, grãos, pesca e aquicultura, entre outros. Alguns trechos do estudo apontam:

(...) as mulheres são muito demandadas em funções que exigem um manuseio mais cuidadoso da fruta; já em funções que exigem força física, há um desestímulo a contratação. (...) Tendo em mente a evolução positiva da participação da mulher no agronegócio, o caráter agroindustrial e de serviços dos empregos, parte-se para análise de aspectos adicionais sobre essa evolução. (CEPEA, 2018)

Nota-se que o estudo fala de uma evolução positiva da participação feminina no agronegócio. Ao longo do texto diversas imagens de mulheres são mobilizadas, elas mostram mulheres jovens e de meia idade, sorridentes, vestidas adequadamente para a função que está exercendo, seja cuidando de animais ou cultivando frutas. Diante disso, fica muito evidente qual imagem sobre o agronegócio se quer mobilizar: um indispensável setor da economia brasileiro que sabe a importância do trabalho feminino e por isso mesmo o estimula e apoia. Diante de tantos números positivos e imagens harmônicas fica difícil não acreditar nas boas intenções do agronegócio.

Nessa perspectiva, é importante destacar que desde 2016 acontece anualmente no Brasil o CNMA (Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio). Na página oficial do congresso lê-se:

Nosso tema objetiva nos inspirarmos cada vez mais para “dobrar o agro de tamanho com sustentabilidade” nos próximos 10 anos, e eu isso seja doravante valorizado e percebido como uma “marca brasileira”, sempre dentro da visão de cadeias produtivas.

O potencial da mulher no sistema do agronegócio brasileiro e no mundo cresce exponencialmente. Nas análises que realizamos ao longo de 7 anos reunindo mais de 12 mil mulheres e autoridades do setor, identificamos o que chamamos das 7 virtudes que caracterizam as congressistas CNMA: liderança, resiliência, comunicação,



afetividade, empreendedorismo e responsabilidade. Chamamos aqui de “aceleradores de inovação”.⁵

Numa rede social do evento é possível ler a qual público o congresso diz se destinar:

O CNMA – Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio – é um encontro feito para você, mulher moderna e agro urbana. Destinado a agricultoras, pecuaristas, cooperadas, profissionais da indústria, produtoras integradas, sucessor, executivas de corporações do setor ou herdeiras de propriedade agropecuária, o evento prioriza a relevância feminina para o avanço inovador, rentável, sustentável e ético do agronegócio. #oagrodelas

A partir dos fragmentos supracitados fica evidente a qual narrativa sobre o agronegócio o CNMA está a serviço. É interessante pensar nos argumentos destacados por Nancy Fraser ao associar neoliberalismo e pautas femininas. É muito evidente como estamos diante de uma narrativa que manipula a ideia de que mulheres precisam estar no mercado de trabalho, de que mulheres precisam de visibilidade, liderança, empoderamento para por fim a dominação masculina. O grande problema desses conceitos, que diga-se de passagem estão muito presentes no vocabulário político, cultural, social, é que eles não rompem com a lógica de exploração do trabalho, dos problemas acarretados pelo agronegócio ao meio ambiente, à saúde e à qualidade e vida das populações.

Ao navegar na página oficial do CNMA é possível ver quais as palestrantes estão presentes no evento. Quem são essas mulheres que estão a frente do agronegócio no país: Érika Lira Chaves, produtora rural e fundadora do grupo As Fazendeiras; Lia Harumi Kato, especialista de marketing tático de pulverizadores e plantadeiras; Priscilla Paiva, jornalista e apresentadora do canal rural; Gislaïne Balbinot, diretora executiva da abag; Andrea Azevedo, diretora do fundo Amazônia d JBS; Barbara Sapunar, diretora de business transformation da Nestlé Brasil; Letícia Kawanami, diretora de sustentabilidade do negócio agrícola da Cargil na América do Sul.

A lista de mulheres “bem-sucedidas” que irão participar da próxima edição do CNMA é longa, acima foram citadas apenas algumas delas. Além disso, outro ponto

⁵ <https://www.mulheresdoagro.com.br/>



importante de ser ressaltado diz respeito aos patrocinadores do evento, entre eles estão: Cargil, empresa estadunidense presente no Brasil desde 1965, sua atividade é produção e processamento de alimentos; Banco Bradesco; Jacto, empresa brasileira criada em 1945, presente em mais 100 países, especializada em técnicas de pulverização, adubação, plantio, colheita. Tratam-se de empresas grandes de forte participação no capital nacional e internacional. Tudo isso para combinar com a altura do evento, cuja a inscrição este ano custa 1600 reais.

De acordo com a narrativa apresentada até aqui, as mulheres do agronegócio estão cada vez mais presentes no setor, são mulheres felizes, que dispõem de boas condições de trabalho, de roupas e materiais adequados para exercerem suas funções. Até aqui estamos diante de uma narrativa hegemônica sobre o agronegócio, na qual corrobora com a propaganda: o agro é pop, o agro é tudo. Mas qual a contrapartida dessa narrativa?

Nesse sentido, para pensar as narrativas que não estão de acordo com as que foram apresentadas até aqui, utilizar-se-á a metodologia da História Oral. Neste artigo, é mobilizada, especificamente a entrevista de Antônia Luzia de Oliveira Costa, liderança do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Ceará, mais especificamente no Vale do Jaguaribe, realizada em 2020.

Antônia Luzia é filha de agricultores e desde sempre teve uma vida marcada pelo direito à terra. Ao lembrar da infância Luzia conta as dificuldades que seu pai tinha para sustentar a família, mas ela recorda quando tudo começou a mudar, foi o momento em que sua família teve acesso a alguns lotes após a construção do perímetro irrigado na região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Essa região do Ceará desde as últimas décadas do século passado recebe obras de impacto contra as secas, a fim de facilitar o acesso à água na região. No entanto, essas obras geraram muitos conflitos de terra e acesso à água na região e uma parte dessa história está relacionada a chegada do agronegócio no Ceará, na década de 1990.

A chegada do agronegócio no Ceará, mais especificamente no Vale do Jaguaribe, desde o final da década de 1990, gerou impactos sociais e ambientais significativos, principalmente, para aqueles que foram diretamente afetados pela implantação de



grandes empreendimentos agroexportadores, como pequenos agricultores e as populações de comunidades próximas as instalações agroindustriais.

Antônia Luzia conta que conheceu o MST em 2014 e antes de se tornar uma das lideranças femininas do movimento na região ela conta que trabalhou em algumas empresas de fruticultura instaladas na Chapada do Apodi⁶. Ao lembrar sobre os seus trabalhos nas empresas, Luzia narra:

em 2009 eu entrei na WG, uma empresa de melão que tinha lá perto do Tomé. Eu comecei a trabalhar e logo eu adoeci, tive problema de pele, sentia muita dor de cabeça, me machuquei, né, machuquei minha mão no peso do melão, né, a gente fazia uma manobra lá que a mão da gente ia pra trás se não tivesse cuidado, então a pessoa jogou o melão pra mim eu peguei com mão e machuquei a mão, a mão foi pra trás e acabei machucando feio a mão. (entrevista Antônia Luzia de Oliveira Costa, 22/01/2020)⁷

A narrativa de Luzia vai na contramão daquilo que foi analisado na primeira parte deste tópico. Ao invés de um trabalho em que predominam mulheres felizes e bem equipadas para realizar seus trabalhos, Luzia nos coloca de frente com dimensões muito críticas deste tipo de trabalho que muitas vezes coloca os trabalhadores e trabalhadoras em contato direto com agrotóxicos, o que prejudica sobremaneira a saúde e a qualidade de vida. Além disso, pode-se pensar nos perigos de realizar certas manobras que podem causar lesões corporais, como a relatada por Luzia. Quando perguntada sobre possíveis sequelas deixadas pelo trabalho realizado nas empresas, Luzia conta: “O problema que até hoje eu ainda tenho é problema de coluna, né, porque a gente se agachava, a gente passava mais tempo agachava do que mesmo em pé porque era na colheita a gente fazia um movimento e passava o dia assim”

Em outro momento Luzia fala sobre a jornada de trabalho:

⁶ A Chapada do Apodi está localizada entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, a sua porção cearense é distribuída entre os municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama, compreendendo uma área de 2.421,8 km². A formação geomorfológica da Chapada do Apodi é constituída de arenito da formação Açu e calcário da formação Jandaíra, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. Segundo os estudiosos do tema esse tipo de solo possui uma elevada fertilidade natural e grande potencial para o uso agrícola

⁷ Entrevista concedida em 22 de janeiro de 2020, a universidade FAFIDAM, em Limoeiro do Norte. Luzia é atualmente liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, trabalhos nas empresas Banesa/ Tropical Nordeste e WG fruticultura, em Limoeiro do Norte.



Lá na Banesa a gente trabalhava no galpão, né, e aí a gente chegava de 8 da manhã e ia até 2 horas, 1 hora, 2 horas da manhã do outro dia e aí novamente tinha que acordar 7 horas pra sair 8 horas novamente, então a gente dormia muito pouco.

Lá na WG a gente entrava de 6, né, tinha o horário de almoço de 11, pegava de 1 e acabava de 5, mas aí era muito pesado também por essas questões que a gente fazia tudo, desde o preparo do solo até a colheita, né, as mulheres também faziam isso e era muito quente, no meio do sol, tinha muito cheiro de enxofre, de veneno mesmo.

Banesa e WG são duas das empresas, de fruticultura instaladas na Chapada do Apodi, em que Antônia Luzia trabalhou. Aqui estamos diante de uma narrativa que nos provoca pensar, os tipos de trabalho, realizado por longas horas, além dos problemas de saúde ocasionados pela intensidade do trabalho e pelo próprio contato com agrotóxicos.

PALAVRAS FINAIS

Fica evidente, portanto, que existem narrativas diferentes quando se fala de agronegócio. Por um lado, é possível ver um discurso que o coloca como um setor indispensável da economia brasileira, que gera emprego e renda. Por outro, observamos os diversos grupos sociais que sentem diariamente os impactos nefastos que esse modelo de produção pode acarretar.

Neste artigo, tentou-se pensar como o capitalismo se apropria de pautas historicamente importantes de grupos marginalizados. Aqui tentou-se pensar a relação entre agronegócio e as mulheres. Inicialmente apresentamos aqueles grupos que corroboram com uma imagem positiva do agronegócio, que mobilizam conceitos liberais para dizer que o agronegócio se preocupa com a luta das mulheres, mas que não rompem com as raízes da opressão. Posteriormente, a partir da entrevista com Antônia Luzia, buscou-se pensar uma outra narrativa do que significa ser mulher trabalhadora no agronegócio.

FONTES



Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Mulheres no Agronegócio. Piracicaba, v. 1, novembro 2018.

<https://www.mulheresdoagro.com.br/>

<https://br.linkedin.com/showcase/congresso-nacional-das-mulheres-do-agronegocio/>

<https://www.instagram.com/congressodasmulheresdoagro/>

Entrevistas de História Oral

- COSTA, A. L. O: entrevista [22 de janeiro de 2020] Universidade FAFIDAM, Limoeiro do Norte.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R.A.A. Atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. In: CYRILLO, D.C. et al. *Delineamento da pesquisa na nutrição humana aplicada*. São Paulo, IPE/USP, 1996. p. 57-76.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, 13(4) 1999.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018

COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. *Revista Pegada* – vol. 17 n.1. Julho/2016.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e Indústria Cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe: São Paulo, 2016. 156p.



FEIDEN, Alberto. **Agroecologia:** introdução e conceitos. *In:* Aquino, A.M.; Assis, R.L. (orgs.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. 2005. Embrapa, Brasília. Pp. 49-69.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações, Londrina**, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009

MESQUITA, Helena Angélica de. O conflito da Fazenda Santa Elina / O massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. *Pegada* vol. 4 n. 2 , novembro, 2003.

MESSIAS, Fernanda Targa. A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.